

A importância das escalas espaciais para compreensão do processo de globalização

Thiago Macedo Alves de Brito
Mestrando em Organização do Espaço pelo Programa
de Pós-graduação em Geografia – IGC/UFMG

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão e uma análise do espaço em suas diferentes escalas: global, do lugar e do território. Aborda-se o global como o espaço das transformações mundiais, da profusão das técnicas respaldadas pela ciência, da mais-valia tornada mundial e da confluência dos momentos. Quanto ao lugar, é visto como o espaço da convergência e da divergência de duas racionalidades: uma vinda de fora, do global, que impõe uma lógica padronizada da circulação de mercadorias; outra que emerge do local, à procura de uma outra racionalidade propiciada pela proximidade, pela vizinhança e pela solidariedade. Já o território é visto como espaço de apropriação simbólica e da dominação política e econômica, mediação necessária entre o global e o local. Por fim, destaca-se a importância de uma análise que associe essas escalas espaciais, entendidas como processos sociais, e melhor sustente teoricamente as práticas sociais.

Palavras-chave espaço; globalização; lugar; território; escalas.

Abstract

This article presents a reflection and an analysis of the space in its different scales: global, from the place and from the territory. The global one is approached as the space of the world-wide transformations, the profusion of the techniques endorsed by science, the become world-wide more-value and the confluence of the moments. In regard to the place, it is seen as the space of convergence and divergence of two rationalities: one which comes from outside, from the global scale, and imposes a standardized logic on the circulation of merchandises; another one that emerges from the place and seeks another rationality given by proximity, neighborhood and solidarity. Concerning the territory, it is seen as a space of symbolic appropriation and economic and political domination, being it a necessary mediation between the global and the place. Finally, it emphasizes the importance of an analysis that associates these spatial scales, while taken for social processes, and better theoretically supports the social practices.

Keywords space; globalization; place; territory; scales.

tmadebrito@gmail.com

Introdução

Os escritos dos marxistas “ortodoxos” e “estruturalistas” do século XX, da Escola de Sociologia Urbana de Chicago e também da Geografia tradicional pautavam-se, em sua grande maioria, por pensar o espaço como um ente “natural”, uma base – receptáculo – das relações sociais de (re)produção, uma superfície sem características próprias (GOTTDIENER, 1993). Para muitos, as mudanças no mundo do capital ocorreram e ocorrem como um processo puramente temporal, desprovido de considerações espaciais, marcadas pela indiferenciação geográfica.

Segundo Gottdiener (1993), o (re)surgimento do espaço na teoria social crítica é atribuído, sobretudo, a Henri Lefebvre. Conforme esse autor, o espaço aparece como um ente ontológico, com sua própria origem e formação epistemológica, como um produto e produtor das relações sociais. Desse modo, o espaço deixaria de ser apenas o espaço físico, neutro, palco das ações, para ser, também, parte das forças sociais de (re)produção.

Nesse sentido, o espaço, ente político e ideológico inserido numa estratégia consciente de perpetuação das atuais relações sociais de produção, representa algo mais que reflexo das relações socioprodutivas. Ele nos aponta para uma esfera da “produção” do mundo contemporâneo, para além do “chão das fábricas” e da relação capital/trabalho contida no processo industrial. Tal produção abarca a totalidade das relações sociais de (re)produção “perpetuada” na vida cotidiana (LEFEBVRE, 1976).

Explica-se, assim, a pertinência do espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. Haja vista a sua capacidade de conter o mediato e o imediato, uma ordem próxima e uma ordem distante, o local e o mundial (CARLOS, 1999), a capacidade de nos revelar as contradições da contemporaneidade.

Com o objetivo de evidenciar a importância do espaço para a compreensão das transformações mundiais no final do século XX e início do século XXI, o presente ensaio propõe, portanto, estabelecer um diálogo entre algumas contribuições contemporâneas acerca dessas mudanças, tendo como fio condutor o espaço e suas escalas.¹ Para isso, parte de idéias referentes ao processo mundial em transformação, baseando-se nos conceitos de globalização, de Milton Santos e Harvey, e na compressão tempo-espaço, de Massey. A partir de então, cria-se um elo, uma ponte entre o processo de globalização e suas peculiaridades locais. Concentra-se um esforço maior no esclarecimento do conceito de lugar, tendo em vista sua importância tanto para a reflexão sobre o fenômeno mundial quanto para a ação prática de transformação social. É do lugar que se percebe o mundo e do mundo que se retorna ao lugar para a realização prática e cotidiana das transformações sociais (SANTOS, 1997).

Ademais, para o aprofundamento da reflexão proposta, não se pode perder de vista a importância do território, espaço necessário entre a globalização – o universal – e o particular – o lugar. Para tanto, usam-se, como referência, Milton Santos (1994) e Haesbaert (2004). Por fim, considera-se o texto de Vainer (2002), *As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?*, fundamental para o entendimento da (inter)dependência escalar (espacial) numa reflexão condizente com a atualidade e para balizar uma prática social emancipatória.

¹ As escalas não se resumem em formas geométricas, recortes matemáticos. Neste texto, elas são compreendidas como processos sociais de apropriação e dominação do espaço. Na seção “A perspectiva transescalar” esse tema será exposto com maior clareza.

Os mitos e as verdades sobre a globalização

Indubitavelmente, o capitalismo não sobrevive sem os seus ajustes espaciais. Harvey (2004) afirma que o capitalismo constrói espaços a sua maneira, produzindo paisagens distintas conforme interesses de transporte, de infra-estrutura, de informação e de produção do conhecimento, entre outros, com o intuito de acelerar o processo de acumulação.

Neste atual momento histórico-espacial diferenciado, o processo capitalista de produção assume novos patamares. Embora ainda nebuloso, esse novo cenário parece marcado por uma aceleração do tempo, enraizado no que Marx denominou “aniquilação do espaço pelo tempo”, e que hoje alcançou um novo estágio, ou seja, a compressão tanto do tempo quanto do espaço – numa palavra, a compressão “tempo-espaço” (MASSEY, 2000). Nesse contexto, criaram-se expressões, mitos que são dados como regras, como fatos. Assim, termos como “aldeia global”, “morte do Estado”, “flexibilidade” e “des-territorialização” aparecem, a todo instante, veiculados pela mídia internacional como verdades inquestionáveis.

Segundo Massey (2000, p. 178), “a compressão de tempo-espaço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso”. A aceleração do tempo, via informação em rede, causa a compressão e o encurtamento do espaço (distância) para apenas poucos proprietários de multinacionais ou agentes financeiros internacionais localizados nas grandes metrópoles. Estes transformam o encurtamento de distância em vantagens econômicas e poder, com vistas ao aumento da circulação num período menor de tempo. A compressão tempo-espaço carece, portanto, de diferenciação social e, mais do que isso, de uma reflexão mais conceitual (MASSEY, 2000).

A compressão de tempo-espaço, porém, não ocorre para todos nem em todos os lugares. Alguns grupos sociais fazem parte desse movimento sem, entretanto, serem responsáveis por seu processo. Como exemplo podem-se citar os migrantes ilegais que tentam passar pela fronteira entre México e E.U.A, os refugiados de El Salvador e da Guatemala, bem como os refugiados cubanos em Miami. A maioria deles percorre grandes distâncias, num curto período de tempo, em busca de vida melhor. Na verdade, são eles alvos de um processo de “*glamourização*” da sociedade norte-americana, via mídia internacional. Outros só recebem a compressão. Encontram-se nessa situação pessoas comuns que, vivendo nas periferias das grandes cidades e em países subdesenvolvidos, se alimentam num *fast-food* chinês ou no *Mac Donald's* e, posteriormente, assistem a desenhos japoneses em sua televisão coreana, sem se dar conta da sua participação no processo de “globalização”. Existem ainda aqueles que colaboram com o processo e, ao mesmo tempo, são reféns dele, como os moradores das favelas do Rio de Janeiro que influenciam a cultura mundial através da música e pouco conhecem do próprio Rio. Esses exemplos trazem à tona o quão complexo é esse movimento e quão diferente é a sua dinâmica. O grau em que as pessoas são colocadas dentro desse movimento é altamente complexo e diversificado.

Entretanto, não se trata somente de uma questão de distribuição desigual da população no espaço ou de quem controla ou regula esses movimentos. Segundo Massey (2000,

p. 180), “trata-se do fato de que a mobilidade e o controle de alguns podem ativamente enfraquecer outras pessoas. [...] A compressão de tempo-espaço de alguns pode solapar o poder de outros”. Isso pode ser visto por pequenas atitudes. Assim, o simples fato de uma pessoa sair de casa no seu próprio carro pode “ajudar” a diminuir o investimento em transporte público e até mesmo a aumentar o preço deste, dada a diminuição da demanda, ou, ainda, o aumento do número de vôos que cruzam os oceanos pode, de alguma maneira, aumentar o isolamento das pequenas ilhas localizadas entre os continentes. Exemplos que simbolizam essa lógica perversa não faltam. Por conseguinte, fica cada vez mais claro que o movimento e a comunicação de alguns afetam e, conseqüentemente, dificultam a vida da maioria da população mais desfavorecida (MASSEY, 2000).

Massey não desvenda o processo de globalização em suas nuances, nem é essa sua intenção. Ela foca somente o fenômeno de compressão tempo-espaço, que é fundamental para desmascarar um dos mitos da contemporaneidade, mas não todos.

A reflexão de Milton Santos (2003) a esse respeito aproxima-se da de Doreen Massey, quando indaga sobre a fábula da “aldeia global”. Para o autor, a difusão cada vez maior de notícias não informa realmente as pessoas. O mito do encurtamento de distâncias – o tempo-espaço contraído – só é acessível a uma parcela privilegiada da população; o mundo, na verdade, não está ao alcance de todos. O mercado dito global, homogêneo, está, na verdade, aumentando a fragmentação espacial e social entre as pessoas.

Milton Santos, contudo, avança nas contradições contemporâneas, quando discute a questão do Estado. Alguns autores insistem na morte do Estado quando a regulação financeira passa a ser feita pelo próprio mercado, cabendo ao governo a austeridade fiscal e a estruturação burocrática (privatização), criando-se um clima favorável para maior circulação do capital. No entanto, Milton Santos acredita que o que ocorre é o fortalecimento do Estado justamente para atender às demandas do mercado. Nessas circunstâncias, os meios de consumo coletivo ficam à deriva, isto é, a cargo da iniciativa privada. Harvey (2004) corrobora essa premissa, ao afirmar que o Estado tem se tornado mais intervencionista, penetrando, com maior rigor, nas questões referentes às políticas econômicas. Citam-se, como exemplo, o *status* e o poder que os ministérios da fazenda adquirem nos governos, sobretudo, dos países “periféricos”.

Há, também, a “crença” na “flexibilização” das relações sociais de produção, outro mito da contemporaneidade. O avanço da tecnologia fez diminuir o uso de mão-de-obra nas indústrias de ponta, substituindo “gente por máquina” e terceirizando algumas etapas do processo produtivo. Contudo, de outro ponto de vista, a “tecnificação” do processo produtivo nunca deixou tão “inflexíveis” as relações sociais de produção. As normas técnicas de produção exigem, cada vez mais, trabalho específico, predeterminado, que nada tem de flexível. As normas impostas enrijecem as relações sociais de produção e impedem a criatividade (SANTOS, 2000).

Outro “mito” que se destaca na atualidade é o da desterritorialização das pessoas e do processo produtivo. Conforme assinala Harvey (2004), o processo produtivo sofreu algumas mudanças, dentre as quais, a dispersão e a fragmentação da produção e o aumento da divisão e da especialização do trabalho. Se, por um lado, esse fato acarretou

diminuição do espaço de produção na sede da indústria, por outro, aumentou o poder político das indústrias (multinacionais) através da centralização das decisões. Mesmo o processo produtivo que perdeu espaço *in loco* aumentou, em muito, sua ação pelo resto do mundo. A possível desterritorialização no ambiente industrial se fez concomitantemente com uma (re)territorialização em outros espaços a partir da própria produção (divisão do processo produtivo), mas, sobretudo, a partir da circulação de produtos (mercadorias). Quanto ao processo de desterritorialização das pessoas, ele só ocorre mediante o seu par inerente, a (re)territorialização, uma vez que os seres humanos sempre vivem num processo de relação e identificação com outros seres humanos e também com o espaço em que vivem. É da natureza humana reconhecer-se no território; portanto, toda desterritorialização num lugar significa uma (re)territorialização em outro ponto.

Apesar dos “mitos” criados, o capitalismo caminha para uma nova fase, muito embora não haja uma revolução transformadora no modo de produção ou nas relações sociais (HARVEY, 2004). O que há é uma mundialização do capital favorecido por uma política perversa que se apóia no progresso das técnicas, da ciência e da informação (SANTOS, 2000, 2003).

Existem alguns fatores que ajudam a compreender a dinâmica da globalização. Milton Santos (2003, p. 24) destaca “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único da história, representado pela mais-valia universal”.

No que se refere às técnicas – conjuntos de meios de que o homem dispõe para a realização do trabalho, num dado momento e espaço da vida política, econômica e social –, nos dias atuais elas indicam qual o trabalho a fazer. O trabalho torna-se normatizado pela técnica: é ela que autoriza qual trabalho a fazer e como fazê-lo.

A cada transformação das técnicas, novas etapas da história tornam-se possíveis. Elas são como sistemas que transportam uma história em determinada época. O que as caracteriza no momento é a informação, a comunicação *on line* através dos microcomputadores conectados em redes mundiais. A técnica da informação poderá permitir que muitas das técnicas existentes se conheçam e comuniquem-se, propiciando uma unicidade dos tempos, uma simultaneidade de acontecimentos, uma unidade do sistema técnico.

A respeito da convergência dos momentos, ela não acontece apenas por uma “coincidência” de tempos, de marcação de horas, mas, sobretudo, pela convergência de mundos vividos. “A percepção do tempo real não só quer dizer que a hora dos relógios é a mesma, mas que podemos usar esses relógios múltiplos de maneira uniforme” (SANTOS, 2003, p. 27-28). Neste momento, é possível conhecer o acontecer do outro em qualquer parte do globo; é essa a grande novidade, ou seja, a unicidade dos tempos.

Respalda pelo progresso da ciência e da técnica, a convergência dos momentos possibilita que os grandes agentes financeiros permaneçam “conectados” 24 horas por dia: enquanto a bolsa de Tóquio encerra o expediente, a bolsa de Nova Iorque inicia o seu; e, assim, o mercado funciona ininterruptamente.

Mas o motor único que liga o planeta, permitindo ações globais via mercado financeiro e tecnologias de informação (inovações), é a mais-valia que se tornou mundial. A

produção capitalista atingiu todos os cantos do ecúmeno, privatizando praticamente todo o setor produtivo, agora nas mãos das grandes multinacionais. O motor único acontece através da mundialização do comércio, das mercadorias, do dinheiro, do consumo, da informação, das dívidas e dos financiamentos. Esse conjunto se inter-relaciona e sustenta a prática capitalista num sistema mundial.

Com efeito, a mundialização do comércio abre caminho para o conhecimento profundo do planeta. Eis a contradição do atual sistema. Somente as grandes empresas e os agentes financeiros (bancos) se beneficiam desse mercado dito homogêneo, pois a compressão tempo-espaço, a unidade da técnica, a convergência dos momentos e o motor único acabam reafirmando e até mesmo aumentando as desigualdades sociais e territoriais. Na verdade, a globalização abre caminho para o monopólio da informação (Microsoft), para a guerra fiscal entre lugares, para o consumo desenfreado, para a ausência da política, para a falta de perspectiva emancipatória e para a sobreposição da competição à solidariedade (SANTOS, 2003), além de para o agravamento dos problemas ambientais e dos conflitos étnicos e religiosos.

O lugar: espaço singular de convergência e divergência de vetores da modernidade

Com a aceleração dos processos regidos e apropriados pelos atores hegemônicos e propiciados pela técnica, pela ciência e pela informação, a fragmentação do espaço torna-se mais veloz. Tem-se a impressão de que, a cada momento, a totalidade se cinde para, mais à frente, aglutinar-se de novo e novamente se cindir, formando um círculo vicioso. Aliás, não se distinguem unidade e diversidade, a não ser quando se percebe que a unidade é o planeta e a diversidade é o lugar. O mundo transforma-se ao mesmo tempo que os lugares, porque é dos lugares que partem as transformações. São os eventos que operam essa ligação lugar/mundo. O lugar pode ser caracterizado por sua funcionalidade em relação ao mundo, mas, se é dos lugares que partem as mudanças, os lugares podem ser, também, o espaço do acontecer solidário, o lugar compulsório das atividades humanas (SANTOS, 2005).

Conforme Massey (2000), a insegurança e o impacto desordenado da globalização causam uma vulnerabilidade dos sentimentos e da própria vida cotidiana, transformando o lugar em espaço de refúgio, de fixidez e de identidade, em resposta à fluidez do mundo contemporâneo. Esse ponto de vista, porém, pode ser considerado reacionário no sentido de o lugar perder a sua conexão com o mundo, numa evasão da vida real. “Enquanto o tempo é visto como movimento e progresso, o espaço ou o lugar é equiparado a imobilismo e reação” (MASSEY, 2000, p. 181).

Posto isso, reafirma-se a importância de compreender o lugar, numa tentativa de escapar das visões “reacionárias”, mantendo a idéia de diferença geográfica ou de, como sugere Harvey (2004),² desenvolvimentos geográficos desiguais em termos de singularidade e de identidade móveis.

Segundo Massey (2000), a noção “reacionária” de lugar contém duas premissas básicas. Uma delas é a de que os lugares têm identidades singulares, imóveis, e a outra é

² Ao se referir aos desenvolvimentos geográficos desiguais, Harvey propõe um conceito que substitua o de globalização e traga, em seu conteúdo, dois elementos: a mudança de escalas e a produção de diferenças geográficas. Para saber mais sobre o assunto, consultar Harvey (2004).

a de que eles têm uma história introvertida, voltada para dentro, uma história coesa e homogênea, fruto de uma tradição cultural “parada” no tempo. Essa concepção levaria a um traçado limitante entre os lugares, uma distinção entre interior e exterior. Entretanto os lugares, cada vez mais, “acontecem” na sua relação com o mundo. Não importa esboçar suas fronteiras e sim, entender seu movimento diante do mundo. Além disso, as identidades nos lugares não são coesas nem estáticas: estão em constante movimento e conflito, num processo de convergência e divergência de pessoas em suas relações com os lugares.

A identidade, por sua vez, não é fruto apenas da relação individual da pessoa com o lugar. Por mais diversificada que seja, é também uma construção social apreendida através da percepção e da apropriação simbólica e material do espaço. Identificar-se é sempre um processo de identificação com outra pessoa em algum lugar, uma busca por relacionamentos e alteridades que se dão no encontro ou no desencontro; por isso a identidade é sempre um processo relacional entre pessoas e lugares, isto é, um processo social (HAESBAERT, 1999).

Uma coisa é certa: a identidade não é dada de forma clara, sempre é um processo em curso. No processo de globalização, as identidades são cada vez mais descontínuas, fragmentadas e até mesmo sobrepostas a todo evento, formando, a cada instante, novas formas de identificação propiciadas pelo confronto, gerando o conflito, ou pelo diálogo, daí ocorrendo a comunicação e a solidariedade.

Ademais, é preciso frisar que o sujeito assume várias identidades em momentos diferentes da sua trajetória de vida. Identificar-se é estar sempre em movimento no espaço. Segundo Hall (2004, p. 13), “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” e colocadas em “xeque”.

Afinal, a visão romântica de comunidade tradicional, fortemente estruturada no lugar, perde sentido à medida que os lugares, na contemporaneidade, podem conter várias comunidades. Nesse sentido, o lugar é um híbrido, palco de transformação constante, de convergência e divergência incessantes de múltiplas identidades.

Pensando-se, pois, o lugar como o espaço relacional da política, da economia, da sociedade e da cultura, pode-se aprofundar o entendimento do lugar como um espaço onde se encontra e entrelaça-se uma multiplicidade particular de relações socioespaciais. O lugar, com sua estrutura própria, estaria recebendo, constantemente, ações que partem do exterior e com elas interagindo. Segundo Santos (1997, p. 273), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Os lugares são, contudo, alvos de uma lógica global, funcionalidades do todo e, ao mesmo tempo, contêm uma lógica local, uma reação à globalização.

Na visão de Milton Santos (2005), os espaços da globalização ou os lugares apresentam cargas diferentes de conteúdos técnicos, de informação, de comunicação e de sociabilidade que se definem por suas densidades. A densidade técnica é dada pelas diversas maneiras de atividades exercidas no lugar, tendo, num extremo, uma natureza quase que intocada, quase sem presença técnica, e, no outro extremo, as tecnologias de ponta dis-

postas a atender as intenções daqueles que as produzem (empresas multinacionais). Quanto à densidade informacional, é concebida por uma racionalidade externa que se choca com o local, que é objeto de apropriação por alguns atores privilegiados. A densidade comunicacional, porém, pode ser vista como a práxis intersubjetiva, o tempo plural do acontecer compartilhado, da co-habitação, da solidariedade e da proximidade. É a partir da proximidade que se entendem a densidade social e sua intrínseca relação com a densidade comunicacional.

A questão da proximidade é importante para a compreensão do lugar e da densidade social. A noção de proximidade não deve referir-se apenas às distâncias de comércio ou de produção, mas, sobretudo, à contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão do espaço, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo juntas, co-habitando o mesmo lugar. Por isso, a dimensão do lugar torna-se menos importante. O interessante é captar as relações não só econômicas mas culturais e sociais de vizinhança, compreender a totalidade das relações acontecidas no extenso contínuo, não importando o tamanho do lugar e sim, suas relações socioespaciais.

Assim, o lugar da ordem precisa e da ação condicionada bem como o lugar da contigüidade, da co-habitação, da vizinhança, da proximidade e da comunicação encontram seu núcleo nas grandes metrópoles, onde há profusão de vários vetores da modernidade, tanto os representados pela lógica hegemônica quanto os que a ela se opõem. A cidade é, portanto, o grande lugar da mistura de interpretações e ações no mundo.

A cidade grande, local da diversidade social, palco da atividade de todos os capitais e de todos os tipos de trabalho, atrai a população, em sua maioria pobre, advinda de todos os cantos do mundo. Essa presença aumenta a densidade socioespacial, que se manifesta na produção de bairros, de favelas, às vezes tão contrastantes em sua dinâmica local. Isso favorece a ampliação das formas de divisão do trabalho e, contraditoriamente, possibilita as vias de interação entre elas.

Nesse cenário encontram-se, também, os migrantes que trazem suas heranças e suas memórias e, ao contrário do que parece, não se sentem “desterritorializados” na cidade, novo lugar que, não contendo, necessariamente, o passado, possibilita a eles encarar o futuro. Sem os pés na rotina do passado, a alienação causada na chegada desaparece para dar lugar à integração. Nesse lugar, eles estão condenados a conhecer o mundo pelo que ele é e, também, pelo que ele ainda não é. O futuro – e não o passado – torna-se a âncora para a mudança. “A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo que vem do seu papel na produção da nova história” (SANTOS, 1997, p. 330).

Conforme Milton Santos (1997), a carência e a escassez do consumo material e imaterial, do consumo político e de cidadania produzem um “desconforto criador”. Os pobres encontram novos usos para os objetos, novas normas sociais e afetivas, novas articulações, em suma, buscam um futuro melhor.³ Nas zonas opacas – lugares onde vivem as populações pobres, lugar aonde o tempo da modernidade chega mais devagar –, a percepção das imagens e das fábulas da globalização é maior, o que favorece a comunicação e a solidariedade entre as pessoas.

³ Segundo Milton Santos (2003), não se pode confundir pobreza com miséria. A miséria é a privação total, é a entrega, a derrota perante a vida. Já os pobres são carentes de toda ordem, mas não se entregam: lutam, tomam relativa consciência do mundo, articulam-se, buscam um futuro possível.

A população carente, então, manifesta sua identidade através dos movimentos sociais e culturais que surgem como alternativa de resistência à homogeneização global. A mudança de uma lógica alheia e estranha ao lugar para uma lógica local permite uma ação contestadora e criativa, enraizada no lugar em que se vive, encarregada de romper com o futuro pautado pelo presente (SANTOS, 1997).

Vainer (2002) compartilha da visão de Milton Santos segundo a qual a cidade constitui não só a arena possível para a construção de estratégias para a transformação, como também o espaço amplo para a mudança na vida das classes e grupos subordinados. A cidade é, assim, o espaço crível para a política, o espaço para redefinição de propostas ambiciosas e realistas, o caminho para uma transformação urbana permanente. Nesse contexto, rejeita-se a idéia de que não há o que fazer.

Vainer prossegue dizendo que os desafios a serem enfrentados partem muito mais de uma estratégia nacional e, também, de movimentos sociais, do que “apenas” da população pobre, como afirma Milton Santos. Os objetivos para uma mudança de rumo, para uma alternativa política à globalização e a seu viés político – o neoliberalismo – seriam, conforme assinala Vainer (2002), a redução das desigualdades, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e o avanço e a radicalização de dinâmicas sociais, políticas e culturais que propiciem a articulação de movimentos populares e o enfraquecimento dos grupos e coalizões dominantes. Torna-se claro que as propostas políticas apresentadas encontram-se articuladas, conectadas. Resta, porém, uma dúvida: como pôr esse discurso em prática?

O território: espaço de dominação política e de apropriação simbólica da realidade

Seguindo os passos de Vainer (2002), tanto a proposta global de cidadania quanto a local reacionária e autogestionária recusam a escala nacional. A suposta perda de poder do Estado nacional é destacada por essas vertentes, às vezes saudadas, outras lamentadas, porém o que parece importante é a polaridade global/local. Sem a perspectiva nacional, a própria noção de cidadania perde o sentido.

Além do mais, a nação é uma escala que está em condições de viabilizar uma alternativa viável à globalização. “A estratégia escalar, pensada como estratégia de resistência, está amplamente ancorada na esfera nacional e tem por foco a construção de um projeto nacional” (VAINER, 2002, p. 22).⁴

Para entender a perspectiva nacionalista, no presente texto, partiu-se do seu ente espacial, o território, ou seja, o espaço essencial para o entendimento da perspectiva nacional.⁵ Segundo Milton Santos (1994), é preciso retornar ao território para entender a dinâmica global/local. O território é a mediação necessária entre a globalização, a universalidade e o lugar, a singularidade.

A análise sobre o território envolve uma abordagem de dimensão mais “concreta”, objetiva, de caráter político-econômico. Tal análise remete à questão de domínio do território, de controle de fluxos e acessibilidade de pessoas e mercadorias, de demarcações de fronteiras e de limites de poder. E, concomitantemente, essa análise remete

⁴ Muitos autores questionam a importância do Estado como produtor de uma nova racionalidade. Não cabem aqui, neste texto, maiores reflexões a esse respeito. O que importa, no momento, é esclarecer que a perspectiva nacional, territorial e, conseqüentemente, política extravasa o âmbito estatal ou de governo. Contudo, uma nova reflexão e uma nova práxis estão fortemente ancoradas numa perspectiva territorial, mediação essencial entre as escalas global e local.

⁵ A análise do território a partir de um ponto de vista nacional, presente neste texto, não pretende resumir o conteúdo do território somente nesse aspecto, mas apenas indicar um dos caminhos possíveis para a compreensão desse espaço. Outras perspectivas enriquecem esse tema e serão mostradas neste texto, a seguir. Para ver uma reflexão sobre o território que extrapola a questão nacional, consultar Haesbaert (2004) e Raffestin (1993).

também a outra abordagem, mais “imaterial”, subjetiva, de caráter simbólico e cultural, constituída por grupos sociais, como forma de referência e representação, no processo de apropriação do espaço em que vivem. Dominação e apropriação de um determinado espaço constituem, então, o território que, nesse sentido, é fruto de relações sociais no e com o espaço. Esses espaços são produzidos por um poder político-econômico (dominação) e um poder cultural-simbólico (apropriação), diferenciados no tempo e no espaço (HAESBAERT, 2004).

No território associam-se e chocam-se o movimento geral da sociedade e o movimento particular do lugar. Esses movimentos acontecem simultaneamente com um processo de fragmentação do espaço, coordenados pelos atores hegemônicos. O território rígido, coeso, fechado por suas fronteiras está, nos dias de hoje, cada vez mais fragmentado, descontínuo, mas conectado por redes informacionais. Uma visão, porém, não exclui a outra; ambas “convivem”, sobrepõem-se, formando um território híbrido, justaposto por tempos e espaços do passado, do presente e do futuro.

Segundo Haesbaert (2004), as relações sociais no e com o espaço que constroem o território são produtos de uma relação desigual de forças que envolvem o controle político-econômico e a apropriação simbólica do território por uma parte “privilegiada” da sociedade. Esses fatores apresentam-se ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

Milton Santos (1994) denomina essa diferença “relações desiguais de forças, de verticalidades e horizontalidades”. Segundo ele, as horizontalidades são os domínios da contigüidade, da vizinhança territorial, do cotidiano e da proximidade. Já as verticalidades são constituídas por locais distantes uns dos outros, mas conectados pela informação, por formas e processos sociais hegemônicos.

As relações desiguais de força e, conseqüentemente, sua segregação espacial, social, econômica e política não devem ser compreendidas simplesmente como um processo de exclusão social, porque essa parte da população segregada está incluída no processo econômico, mesmo que de forma precária. O que ocorre, de fato, são contradições de um mesmo modelo de produção capitalista. Essa população faz parte desse momento histórico, seja negando ou afirmando esse modelo de “desenvolvimento”, que não é só nacional mas, também, mundial.

O território apresenta, portanto, uma condição complexa e dinâmica, na qual os “excluídos” ou precariamente incluídos tentam, a todo instante, se firmar como cidadãos. A falta de opção, a incerteza (o imóvel, “estável”) e o movimento, o fluxo (a instabilidade) dessa população podem aparentar desmobilização, conformismo, fruto de desesperança no desenvolvimento do país e de suas próprias vidas. Por outro lado, a inclusão precária que tende a dissolver os laços territoriais pode levar, a partir de um sentimento coletivo de cidadania, à organização de grupos sociais em torno de ideologias e esperanças de transformação de suas realidades. Por conseguinte, assegurar a identidade e a cidadania à população menos favorecida e sua participação no processo de desenvolvimento social e econômico do país faz com que esses grupos locais se reúnam por suas necessidades específicas, transformando-se em movimentos sociais de resistência, de contracorrentes.

Todavia, o mundo de hoje, dominado por redes financeiras e pelo comércio transnacional apoiados pela ciência e pela técnica difundidas pelos sistemas de informação, procura a todo momento, através dos agentes hegemônicos, dissolver esses núcleos de resistência. Os movimentos sociais de contestação ganham espaço na mídia, quase que somente por suas ações “controversas” e raramente pela questão social que eles realmente trazem. São exemplos disso o movimento dos sem-terras e as invasões de terras improdutivas, o movimento dos sem-casas e a invasão de prédios desocupados nas grandes metrópoles, os movimentos anti-globalização e seus protestos nos encontros do comércio mundial, e o movimento dos desalojados por barragens, entre outros. Exemplos não faltam de movimentos sociais contestatórios, porém ainda existem pessoas que continuam a vê-los como questão de polícia e nunca como um problema social enraizado desde as origens da formação do território nacional.

A perspectiva transescalar

Vainer (2002) é muito perspicaz ao apontar que somente uma estratégia transescalar permitirá uma visão integrada dos fenômenos e uma transformação socioespacial. De fato, na vida cotidiana, estão expressas e impressas todas as escalas espaciais, desde o corpo, passando pelo lugar e percorrendo o território, até o espaço maior (no sentido de global). As pessoas vivem no cotidiano do corpo, do lugar, do território e do mundo. Desse modo, uma visão apenas localista do cotidiano produz um idealismo da esfera local, como se esta fosse constituída por comunidades “tradicionais”, coesas e homogêneas.

Feitas essas observações, os processos são, na perspectiva transescalar, analisados em sua totalidade. Nenhum recorte espacial tem primazia sobre os outros; ao contrário, todos são importantes para o entendimento do mundo contemporâneo. Destacando-se apenas um deles, pode-se correr o risco de se deixar levar por dogmatismos ou por “romantismos”. Deve-se compreender que cada escala espacial guarda um aspecto da realidade, ou uma significação do movimento de totalidade. Afinal é preciso entender que cada elemento é importante, uma vez que faz parte de um conjunto de fenômenos que se inter-relacionam.

Inferese, então, que a compreensão transescalar dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais só é possível perante o entendimento de que a construção de escalas é fruto de um processo social, “isto é, a escala é produzida na e através da atividade societária, a qual, por seu turno, produz e é produzida pelas estruturas geográficas da interação social” (SMITH *apud* VAINER, 2002, p. 25).

Nesses termos, as escalas são também processos e não apenas receptáculo das transformações sociais. Existem, então, processos socioespaciais em suas dimensões transescalares, porque, nos dias atuais, parecem não mais existir fenômenos de origem uniescalar, condenados apenas a um espaço determinado.

Cumprasse assinalar, ainda, que as escalas não são neutras por serem produzidas por processos heterogêneos e de conflito. Elas não estão dadas *a priori* nem são geometricamente definidas. Elas são frutos de um processo de apropriação e de dominação do espaço e, por isso, carregam consigo todo um conteúdo estratégico e político. Segundo

Castro (1997), a escala tomada enquanto medida proporcional resume-se apenas em medida matemática, em forma abstrata.

As escalas são, portanto, produtos das ações sociais ao longo de processos históricos de confrontos envolvendo disputas que perpassam por todas as escalas espaciais, na maioria das vezes acontecendo simultaneamente. Não há, assim, legitimidade em afirmar qual a mais importante. Para a abordagem transescalar, isso não importa; o que interessa é a perspectiva que inter-relacione as escalas envolvidas no processo em foco. Ora, qualquer objeto de transformação socioespacial envolve táticas e estratégias que exigem entendimento e ação em cada uma das escalas em que se configuram os conflitos. Dessa maneira, somente mudanças estruturais profundas transescalares serão capazes de possibilitar uma reviravolta no quadro de desigualdades e miséria social que atinge o mundo hoje (VAINER, 2002).

Em síntese, a análise transescalar é a que parece ser não apenas a mais capaz de compreender as inter-relações entre os fenômenos, pois articula os diversos espaços em seu processo de análise, mas também a que possibilita uma práxis socioespacial.

Considerações finais

O otimismo de Milton Santos, tendo o lugar como ponto de partida para as transformações sociais e a população carente e pobre como o principal agente dessas transformações, parece não encontrar tanto respaldo na realidade socioespacial. As perspectivas de mudança ainda estão obscuras, bem como o próprio fenômeno da globalização. Até que ponto os movimentos de resistência assumem uma visão transescalar e emancipatória que conteste o mundo das mercadorias é uma questão que ainda não está tão nítida como sugere o professor, muito embora melhorias substantivas tenham sido conquistadas por esses movimentos sociais, como, por exemplo, maior número de assentamentos rurais já concretizados, desistência de implantação de barragens para hidrelétricas e, conseqüentemente, de deslocamento de pessoas, participação popular nas discussões sobre orçamentos municipais etc.

É bom destacar que Milton Santos, mesmo assumindo o lugar como ponto de partida das mudanças socioespaciais, pauta sempre sua análise por uma perspectiva transescalar que leve em conta as diversas escalas espaciais. Tal qual acontece com Vainer, que corrobora a perspectiva transescalar e vê, na cidade, o lugar ou o ponto de partida para a transformação social. O mesmo não se pode dizer de Massey, que destaca apenas a importância global/local para esse tipo de análise, e tampouco de Harvey, que vê muito mais na ação global a saída para a transformação socioespacial.

Essa reflexão sobre as idéias apontadas por esses autores remete este ensaio à questão essencial para o aprofundamento e a conclusão do tema: a relação teoria e prática. Nesse sentido, algumas questões são pertinentes. Por exemplo: será que somente os discursos resolvem os problemas socioespaciais? É preciso somente agir? Ou ambos fazem parte de um mesmo processo de viver no mundo? Longe de traçar uma perspectiva ampla e coesa, pretende-se aqui, apenas brevemente, apontar um dentre os vários possíveis caminhos para a compreensão da relação entre teoria e prática.

Assim sendo, perguntar-se-ia: até que ponto teoria e prática andam junto? Dir-se-ia que a teoria e a produção do conhecimento só são possíveis através da existência e da prática cotidiana. A teoria não é um dado *a priori* do mundo ou, ainda, um ente distanciado dele: ela é composta pelo mundo em movimento e pelo sujeito; por isso toda teoria é carregada do momento histórico que a influencia. Nada impede, porém, que ela ultrapasse esse momento, desde que tenha respaldo na própria realidade em que quer se inserir.

Nota-se que, na contemporaneidade, as práticas estão se distanciando da teoria, pretendendo ser “autônomas”. Sem o devido cuidado ou preocupação teórica que embasa as práticas, corre-se o risco de configurá-las em ações soltas, desprovidas de sentido reflexivo, mais condizentes com o mundo em que se vive.

Não se quer com isso renegar a importância da prática e tampouco compactuar com a divisão, muito comum na construção da ciência moderna, entre teoria e prática. Parte-se do pressuposto que as duas coisas se formam num só processo de existir no mundo. Todavia, num mundo contemporâneo em que a realidade socioespacial adquire grande complexidade, as práticas carecem, cada vez mais, de conteúdos teóricos, de reflexões condizentes com tal complexidade. É nesse sentido que cada reflexão teórica torna-se, também, uma forma genuína de prática, como sugere Adorno (1969).

Assim, é preciso refletir sobre o espaço nas suas diversas escalas, pois ele representa muito bem essa necessidade de amalgamar prática e teoria. Segundo Gottdiener (1993, p. 127), refletindo a partir da obra de Henri Lefebvre, o espaço é “uma localidade física, uma peça de bem imóvel e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação”.

artigo recebido **abril/2006**
artigo aprovado **julho/2006**

Referências

- ADORNO, Theodor. Entrevista. *Der Spiegel*, [s.l.], n. 19, n.p., 1969.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A mundialização do espaço. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 121-134.
- CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia (Org.). *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1997. p. 56-63.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 169-190. (Coleção Geografia Cultural).
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 15-20.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2003.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade: uma entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 13-32, dez. 2002.